



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS	
-		

	_	-	-	_	_
A	l	J	Т	O	R

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

N° DE ORIGEM:

EMENTA:

Permite o desconto do Imposto de Renda a pagar, de despesas com a manutenção de excepcionais.

PL. - 2.835/00

NOVO DESPACHO: (19/05/2000)

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 4.436, DE 1998)

CONSTITUIÇÃO E JUSTICA E DE REDAÇÃO (ART 54) PART 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 6 1051 00

REGIME DE TRAMITAÇÃO				
ORDINÁRIA				
COMISSÃO	DATA/ENTRADA			
	/			
	/ /			
	1 1			
	1 _ 1			
	1 1			

	PRAZO DE EMENDAS	
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
		1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
		1 1
	1 1	1 1

DISTRIBUIÇÃO	O / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em://
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:/
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:/
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:/
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em:
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 2.835, DE 2000 (DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Permite o desconto do Imposto de Renda a pagar, de despesas com a manutenção de excepcionais.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



Projeto de Lei n°2835de 2000 Do Sr. Deputado José Carlos Coutinho

pensense ao Ph. 4436/98.

Em 14 / 05 00

"Permite o desconto do Imposto de Renda a pagar , de despesas com manutenção de excepcionais."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° As pessoas físicas que tenham como dependente pessoa portadora de deficiência mental, poderão descontar, do imposto de Renda a pagar, até o limite percentual de 15% (quinze por cento), as despesas comprovadamente efetuadas com a manutenção de excepcional.

Art. 2° O benefício previsto no artigo anterior vigorará a partir do exercício financeiro do ano subsequente à promulgação desta lei.







Art. 3° O poder Executivo, regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Quem tem uma pessoa excepcional na família sabe que esta exige não apenas de uma dose extra de atenção, de carinho e amor, como também muitas outras despesas que usualmente não são feitas com as pessoas consideradas normais.

De fato, são tratamentos especializados e treinamentos especiais, que possibilitam o desenvolvimento do portador de deficiência mental dentro dos limites de suas potencialidades, que são caríssimos.

Nesse contexto, temos para nós ser justiça que ao contribuinte que tenha excepcional como dependente, seja assegurado o direito de descontar, do Imposto de Renda a pagar, até o limite de 15% (quinze por cento), as despesas comprovadamente efetuadas com sua manutenção



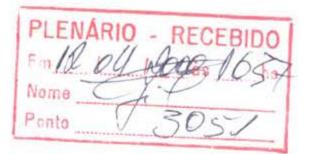


Pela elevada finalidade social da iniciativa, temos conviçção plena do apoio dos Nobres Pares, a presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2000.

Deputado José Carlos Coutinho

PFL-RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS ERRATA

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.835, DE 2000 (DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Permite o desconto do Imposto de Renda a pagar, de despesas com a manutenção de excepcionais.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.835, DE 2000 (DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Permite o desconto do Imposto de Renda a pagar, de despesas com a manutenção de excepcionais.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 1998)



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PROJETO DE LEI Nº 2.835/00

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de Emendas, a partir de 01 de junho de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2000.

Eloízio Neves Guimarães

Secretário